

Congresso ouve procuradores italianos

Responsáveis pela Operação Mãos Limpas vão discutir combate ao crime organizado

RONALDO SOARES

RIO — Acostumados a investigar e processar criminosos, os procuradores italianos Piercamillo Davigo e Paolo Ielo, dois dos condutores da chamada Operação Mãos Limpas na Itália, participam quinta-feira de uma missão política em Brasília. A convite do senador Pedro Simon (PMDB-RS), eles farão uma conferência no Congresso para tentar convencer os parlamentares a aprovar uma série de projetos de lei que constituem uma espécie de pacote de combate ao crime organizado.

Os projetos — a serem apresentados no Congresso ainda esta semana — prevêem medidas que permitem o combate a formação de caixa dois, quebra do sigilo bancário, proteção a testemunhas, quebra da imunidade parlamentar e reforço da lei da improbidade administrativa. Os projetos foram elaborados durante o governo do presidente Itamar Franco, pela extinta Comissão de Combate ao Crime Organizado, formada por representantes de vários setores do Judiciário, mas até hoje não foram apreciados pelo Congresso.

O procurador de Justiça de São Paulo, Carlos Eduardo de Athayde Buono, ex-presidente da comissão, admitiu ontem que a objetivo da vinda dos procuradores italianos ao Brasil é “pressionar o Congresso”. Os procuradores, que chegaram domingo ao Rio, defenderam um conjunto de leis forte para combater os crimes contra a administração pública no País.

Na avaliação de Ielo, uma das



Paolo Ielo e Piercamillo Davigo: objetivo de convencer parlamentares a aprovar projetos parados

LIÇÃO:
REAYER
DINHEIRO É
TAREFA DIFÍCIL

medidas mais importantes que estarão em discussão no Congresso, no campo do Direito Penal, é a que permite o combate às atividades relacionadas à formação de caixa dois — conhecido na Itália como “fundos negros”.

“É isso que permite ao corruptor ter à sua disposição recursos sobre os quais não tem de prestar contas a ninguém.”

Dificuldades — Ielo queixou-se das dificuldades que a Justiça de seu país tem encontrado em relação aos desdobramentos da

Operação Mãos Limpas, como, por exemplo, reaver o dinheiro proveniente de atividades ilícitas enviado para o exterior. “Os paraísos fiscais se negam a prestar qualquer tipo de colaboração, porque dependem desse dinheiro”, assinalou.

O procurador aponta problemas também quanto aos países que assinaram acordo de cooperação bilateral com a Itália para investigações dessa natureza, pois segundo ele há entraves burocráticos que atrapalham a apuração dos crimes. “Quando se chega a identificar o que foi feito do dinheiro, os criminosos já o desviaram para outros países”, explicou.

Ielo e Davigo estão entre os

cinco procuradores responsáveis pela Operação Mãos Limpas, iniciada em fevereiro de 1992 em Milão, quando começaram a ser investigados esquemas de corrupção montados por políticos, administradores públicos e empresários. Em cinco anos, mais de seis mil pessoas foram investigadas, o que resultou em mais de duas mil condenações.

Graças a esse trabalho, o governo italiano conseguiu reaver cerca de US\$ 50 bilhões, entre ressarcimentos e bloqueios de contas no exterior. Durante a operação, três ex-primeiros-ministros, vários ministros de Estado, deputados, senadores e empresários de renome na Itália foram condenados.

Fábio Motta/AE